

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2024

CONTRATANTE (UASG)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (925016)

OBJETO

Aquisição de mobiliários hospitalares, com vistas à renovação e ampliação da infraestrutura da Maternidade Alzira Reis – MMARVF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 100.130,14

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/08/2024 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8. DOS RECURSOS	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
11. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	19
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI
UASG: 925016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024

(Processo Administrativo n.º9900037139/2024)

Torna-se público que a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI**, fundação de direito público, por meio do **SETOR DE LICITAÇÕES**, sediada à rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 8º e 9º andares, Centro – Niterói/RJ, CEP 24.020-206, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 16/08/2024

Horário da Fase de Lances: 10:00 (horário de Brasília)

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Critério de Julgamento: menor preço por item.

E-mail: licitacao@saude.niteroi.rj.gov.br

1. DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a aquisição de mobiliários hospitalares, com vistas à renovação e ampliação da infraestrutura física da Maternidade Alzira Reis – MMARVF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

2.8.9. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.15. É vedada a participação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 a 7.19.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);



- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. Valor unitário e total do item;
- 4.1.2. Marca;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Quantidade cotada;
- 4.1.5. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.2.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça: (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

6.1.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União.



- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



7.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo pregoeiro por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos.

7.2.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o pregoeiro, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.2.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.

7.2.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.3. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.4. O pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

7.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

7.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.8.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



7.8.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.9. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, cujo valor estimado da contratação não supere o limite do disposto na alínea "c" do inciso IV do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida:

- a) das pessoas jurídicas, a comprovação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal estadual, à Seguridade Social e ao FGTS e a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- b) das pessoas físicas, a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Municipal.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.11. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11.1. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

7.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, através do sistema eletrônico www.compras.gov.br.

7.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.14. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.16. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.17. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.17.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção



ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.18.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.19. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.19.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.19.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.20. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.20.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.20.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.21.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.21.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.22. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.19.1.

7.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.25. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.26. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer é de 20 (vinte) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.compras.gov.br, no site da Fundação Municipal de Saúde e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua Visconde de Sepetiba, 987 – 8º andar – Centro - Niterói, nos dias úteis, no horário das 10 horas às 17 horas.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura de Niterói, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao respectivo ente federativo.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail licitacao@saude.niteroi.rj.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada na Fundação Municipal de Saúde, situada à Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar – departamento de licitação.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



11. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

11.4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados, na forma do inciso 11.4.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico www.compras.gov.br.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 12.11.2. ANEXO II – Planilha Orçamentária;
- 12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;
- 12.11.4. ANEXO IV – Minuta de Ordem de Compra;

Niterói, 5 de agosto de 2024.

ANAMARIA CARVALHO SCHNEIDER
Presidente da FMS
Secretário Municipal de Saúde



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI
UASG: 925016

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÃO – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 9900037139/2024)

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
13/06/2024	1.0	Finalização da primeira versão	Equipe de Planejamento
22/07/2024	2.0	Finalização da segunda versão	Equipe de Planejamento

Sumário

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	2
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO	7
PRAZO DE VIGÊNCIA	7
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	7
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	7
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	7
SUSTENTABILIDADE	7
SUBCONTRATAÇÃO	7
GARANTIA DA CONTRATAÇÃO	8
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	8
CONDIÇÕES DE ENTREGA	8
GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	8
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	8
FISCALIZAÇÃO	9
FISCALIZAÇÃO TÉCNICA	9
FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	9
GESTOR DO CONTRATO	10
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	11
DO RECEBIMENTO	11
LIQUIDAÇÃO	12
PRAZO DE PAGAMENTO	13
FORMA DE PAGAMENTO	13
8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO	13
FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA	13



REGIME DE FORNECIMENTO.....	13
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.....	13
HABILITAÇÃO JURÍDICA	14
HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	14
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	15
9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	15
10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	15
11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	16
12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	18
13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	22

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aquisição de mobiliários hospitalares, com vistas à renovação e ampliação da infraestrutura física da Maternidade Alzira Reis – MMARVF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Código PDM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	ARMÁRIO DE MEDICAMENTOS PORTA DE VIDRO - Porta com fechadura cilíndrica; Fundo e teto em chapa de aço esmaltado epóxi; Portas e laterais de vidro cristal de 3mm, com; 04 Prateleiras de vidro. • Porta com fechadura cilíndrica fundo e teto em chapa de aço em pintura epóxi. • Porta e laterais de vidro cristal de 3mm. • 4 prateleiras. Dimensões externas aproximadas: • Comprimento 0,66 cm, • Profundidade: 0,40 cm, • Altura: 1,65 m. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	17467	365063	UNID	8
2	ARMÁRIO GAVETEIRO CENTRO CIRÚRGICO Armário Hospitalar com 9 gavetas; estrutura móvel; estrutura interna metálica com chassi em aço; gavetas com trilho telescópicos; tampo em aço carbono; pés reguláveis; gavetas em policarbonato; 08 caixas laterais fixas. Medida: Altura: 1,54cm, Largura: 0,53cm, Comprimento: 0,79cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	336	398244	UNID	3
3	BANCO GIRATÓRIO ALTO - Banco Giratório com apoio para os pés e regulagem de altura (alta). Material: Estrutura e assento em Aço Inoxidável. Tipo De Assento: Assento Giratório e Altura Regulável. Acionamento a gás. Diâmetro: Cerca De 40 Cm De Diâmetro. Tipo De Pés: Pés Com 5 Rodízios. Acabamento Dos Rodízios:	3282	414732	UNID	3



	Termoplástica. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.				
4	BANCO GIRATÓRIO - Banco Giratório com apoio para os pés e regulagem de altura. Material: Tubo De Aço e assento em aço inox. Acabamento Da Estrutura: Pintura Poliuretana Tipo De Assento: Assento Giratório E Altura Regulável. Acionamento a gás. Tipo De Pés: Pés Com 5 Rodízios. Acabamento Dos Rodízios: Termoplástica. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	3282	427290	UNID	7
5	BANQUETA PARA PARTO VERTICAL (Cadeira Parto Tipo Banqueta) - Suportar até 150kg; feito de fibra de vidro ou polietileno de alta resistência; não possuir emendas ou frestas; equipado com uma bacia coletora em polietileno ou aço inox para coleta de líquidos e placenta, aberta na frente, peso aproximado 4kg, com altura de aproximadamente 50cm e diâmetro de aproximadamente 54cm. Acessório, Equipamento Parto Humanizado Tipo*: Cadeira Parto Tipo Banqueta. Material*: Fibra De Vidro. Componente I: Assento Fixo, Sem Revestimento Componente Ii: Abertura Frontal, Bacia Em Alumínio. Capacidade*: Até 150 KG. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	4312	432565	UNID	1
6	CADEIRA DE BANHO/HIGIÊNICA - CADEIRA DE BANHO INOX (Assento em Chapa), Estrutura em tubo de aço inox de Ø7/8" x 1,20mm; Assento removível em chapa de aço inox AISI 430 de 1,0mm, com a borda do orifício oval rebatida para baixo e acabamento raiado; Apoio dos braços fixos, em tubo de aço inox; Rodízios giratórios de Ø4" em material termoplástico, com garfo em chapa estampada e acabamento zincado, sendo 2 com freios traseiros. Possuir Registro na ANVISA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Dimensões Aproximadas: 0,51 x 0,45m Assento / 0,55m Alt. Do Assento / 0,95m Alt. Total. Capacidade: 120 kg - Rodízios com freios nas duas rodas traseiras. Tipo Funcionamento: Manual. Tipo Construtivo: Fixa Material Estrutura: Aço Inoxidável. Acabamento Estrutura: Esmaltado. Tipo Uso: Banho. Tamanho: Adulto. Tipo Encosto: Encosto Fixo. Acabamento Do Encosto E Assento: Aço Inox. Tipo De Pneu: Pneus Maciços. Apoio Pés: Apoio Pés Fixo. Capacidade Máxima: Até 120 KG. Características Adicionais: Encaixe Para Vaso Sanitário. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	4076	400778	UNID	4
7	CADEIRA DE TRANSPORTE HOSPITALAR - Estrutura, encosto e assento confeccionados em aço. Encosto e assentos em Aço Inoxidável. Rodas de no mínimo 4 polegadas e freio nas duas rodas traseiras, suporte para os pés. DIMENSÕES APROXIMADAS: largura do assento: 44cm; Altura do assento ao chão: 47,5cm; Comprimento do assento: 43cm; Largura total da cadeira: 58cm; Peso	4076	400790	UNID	1



	da cadeira aproximado: 20Kg; suporta até 120Kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.				
8	CARRO TRANSPORTE MATERIAL HOSPITALAR: Construído em aço inox com as seguintes características: Tampo superior Liso, Portas com puxadores embutidos, trincos e chaves, Interior do carrinho com 2 prateleiras, 1 Alça de movimentação tubular, 04 rodízios de no mínimo 4 polegadas com rolamento e freios em duas delas. Material: Aço Inoxidável. Dimensões aproximadas: Capacidade: 200 KG, Altura: 90 CM, Largura: 60 CM, Comprimento: 80 CM. Quantidade Rodas: 2 Fixas E 2 Giratórias. Material Rodas: Borracha Termoplástica, Características Adicionais: Alça De Empurrar Junto A Bandeja Superior. Aplicação: Movimentação Material. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	4584	355011	UNID	2
9	CARRINHO TRANSPORTE ROUPARIA - Estrutura e tampa em chapa de aço inox; Para-choque - Chassi com proteção de borracha em toda a volta; - Possui 4 rodízios de 4" em polipropileno, com sistema de freios em diagonal; Acabamento em Aço Inox - Capacidade: Aproximadamente 540 Litros. Dimensões: 90 cm x 60 cm x 100 cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	447	404188	UNID	3
10	COLCHÃO USO HOSPITALAR NEONATAL - Material: Espuma Flexível Poliuretano. Revestimento: C/ Capa Removível, Totalmente Impermeável. Dimensões Neonatal, Cerca 60 X 30 X 10 CM (C X L X A). Densidade: Cerca De D-18 A D-23 KG/M3. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	30162	614649	UNID	8
11	MACA HOSPITALAR DE TRANSPORTE - Estrutura dos pés em aço inox tubular; 05 níveis de elevação; Estrutura da bandeja em aço inox redobrado; ; colchão com material impermeável com espuma de alta densidade. Maca Clínica. Material: Aço Inoxidável. Tipo: Obeso. Rodas: 4 Rodízios 8", Sendo 2 Com Freio. Comprimento: Até 1,90 M, Largura: Cerca De 0,80 M. Altura: Cerca De 0,80 M. Capacidade De Carca: Até 250 KG. Componentes: Suporte Soro Removível. Componentes 01: Pára Choque Emborrachado. Características Adicionais: Cabeceira Regulável Por Cremalheira. Características Adicionais 01: Grades Escamoteáveis. Acessórios: Leito Fixo C/ Colchão, Courvin. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	17143	428265	UNID	1
12	MACA PARA TRANSPORTE CADÁVER. Material: Aço Inoxidável. Rodas: 4 Rodízios De 8", Sendo 2 Com Freios. Componentes: Balde Mínimo 5l. Característica Adicionais: Rebaixo, Declive, Dreno Escoamento Medidas aproximadas: 1.900 x 700 x 800 mm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	4609	422646	UNID	1



13	MACA DE RESGATE - PRANCHA DE RESGATE EM POLIETILENO. Carga Mínimo: 250kg. Material: Polietileno. Tipo: Prancha. Dimensões Mínimas L: 0,40 M; C; 1,80 M. Componentes: Mínimo De 3 Cintos De Segurança. Características Adicionais: Mínimo De 6 Pega Mãos. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	9621	409320	UNID	1
14	MACA FIXA SIMPLES - Maca com balcão com gaveteiro e armário em MDF e puxadores em alumínio; colchão 125x60 com material impermeável; 05 níveis de elevação; estrutura reforçada para carga 35kg. Medidas:Altura:0,80cm; Largura: 0,60; Comprimento:1,80cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	17143	402610	UNID	8
15	MESA AUXILIAR - Mesa auxiliar tipo hospitalar, material em estrutura tubular, material do tampo e prateleira em aço inoxidável, Dimensões do tampo, aproximadamente: comp -75 cm, largura - 45 cm, altura - 80 cm. Características adicionais: com 4 rodízios de 2", com freio em dois deles. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	9637	421263	UNID	6
16	MESA CIRÚRGICA SEMI CIRCULAR: Fabricada em Aço Inoxidável, prateleira superior com reforço inferior, rodízios de no mínimo 3 polegadas com 2 freios. Dimensões aproximadas (C 120 mmX L 40 mm X A 80 mm). São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	9637	374471	UNID	6
17	MESA DE ALIMENTAÇÃO - Tampo em fórmica ou MDFe estrutura em aço inox, 4 Rodízios giratórios. Dimensões do tampo: (C 70 x L 40), altura ajustável (65 a 110) cm, Peso suportado: 12 kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	9611	617814	UNID	17
18	MESA CABECEIRA - Mesa de Cabeceira Fechada Epóxi c/ Rodízio. Confeccionada em aço, possui uma gaveta e armário inferior com 01 prateleira interna, totalmente em chapa de Aço Inox. Pés com rodízios. Especificações técnicas: • Dimensões: 0,45 x 0,40 x 0,80m. • Medidas da embalagem: 0,45 X 0,40 X 0,80. • Cubagem: 0,144 ³ . • Peso: 18 kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	9607	315162	UNID	16
19	MESA DE MAYO - • Armação tubular com rodízios de 2 polegadas, totalmente em inox, altura regulável por roseta. Acompanha bandeja em aço inox. • Altura mínima 0,77m. • Altura máxima 1,25m. • Dimensões da bandeja: 43cm de comp. x 30,5 cm de larg. • Medidas da embalagem 0,73 X 0,50 X 0,58. • Cubagem: 0,2117m ³ , • Peso: 3kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	9649	399821	UNID	6
20	SUPOORTE DE SORO DE CHÃO - ALTURA REGULÁVEL - Construído em tubos redondos de aço inoxidável. Coluna receptora da haste com diâmetro de 1 polegada. Haste	2455	482542	UNID	10



	em tubo de 3/4 polegadas de diâmetro a 1,25mm de espessura de parede. Base em ferro fundido em forma de X com rodízios e pintura epoxi. Dimensões: alt. Min. 1.70 – alt. Max. 2,29 m. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.				
21	SUPORTE DESCARPACK 13L - Indicações: Suportes para coletor de papelão. Composição: Fabricado em Aço Inox com pintura epoxi. Medidas aproximadas. Altura do produto (cm) 22,00. Largura do produto (cm) 22,00. Profundidade do produto (cm) 16,00. Acompanha parafusos e buchas para fixação na parede. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	12399	431085	UNID	21
22	SUPORTE DESCARPACK 7L - Indicações: Suportes para coletor de papelão. Composição: Fabricado em Aço Inox com pintura epoxi branca. Medidas aproximadas: Altura do produto (cm) 22,00. Largura do produto (cm) 15,00. Profundidade do produto (cm) 13,00. Acompanha parafusos e buchas para fixação na parede. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	12399	477927	UNID	6
23	TROCADOR DE PAREDE 0,90X0,50 - Material: Polietileno Antibacteriano473645. Cor: Cinza. Dimensões:0,90 (larg) x 50 (prof). Acabamento: Fosco. Suporta: Até 20kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	19250	473645	UNID	16

1.2. Considerando que as contratações da FMS são realizadas pelo Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, foi utilizado o catálogo eletrônico de padronização (CATMAT/CATSER) do Poder Executivo federal, segundo autoriza o art. 19, II, da Lei n.º 14.133/2021.

1.3. Na tabela acima foi indicado o código do Padrão Descritivo de Materiais (PDM) para fins de identificação da linha de fornecimento compatível com o objeto pretendido no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), considerando a classe de materiais constante do Sistema de Catalogação de Material do Governo federal, de acordo com o art. 4º, §2º, da IN SEGES nº 67/2021.

1.4. **Havendo divergência entre a descrição detalhada do item no Compras.gov.br e a especificação prevista neste Termo de Referência, prevalecerá essa última.**

1.5. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

1.5.1. Apêndice – Estudo Técnico Preliminar;

Classificação do fornecimento

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigos 174 e seguintes do Decreto nº 14.730/2023.

1.8. O fornecimento de bens é enquadrado como por escopo, pois se trata de uma necessidade pontual, não continuada.



Justificativa para o parcelamento ou não da solução

1.9. A licitação/contratação será realizada **por item**, pois o objeto da aquisição é divisível, sem prejuízo técnico para o conjunto da solução e/ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de concorrente, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.10. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Os dados da presente contratação foram encaminhados à Superintendência de Administração (SUAD) da FMS para inclusão no Plano de Contratações Anual 2024 (PCA 2024), documento que ainda se encontra na final de consolidação e publicação, conforme informações do despacho na peça nº 02.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010):

- 4.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.2. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 4.1.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Subcontratação



Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, porque se trata de fornecimento de bens, sem vinculação a prestação de serviços acessórios.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Apesar da garantia contratual ter como finalidade assegurar a plena execução da contratação e evitar prejuízos ao erário, não será exigida garantia, além da legal, considerando se tratar de entrega imediata, em remessa única, sem a utilização de instrumento contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Compra, em remessa única, a qual será encaminhada por correio eletrônico (e-mail).
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Avenida Prefeito Sílvio Picanço, S/N, Charitas, Niterói – RJ, CEP 24.360-030.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. **Não será celebrado Termo de Contrato** no presente caso, visto que se trata de compra com entrega imediata, que pode ser demandada por ordem de compra, em substituição ao instrumento contratual, nos termos do art. 6º, inciso X, e art. 95, II, ambos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



Fiscalização

6.6. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

6.15.2. Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação, com especial atenção para a regularidade trabalhista e previdenciária nos casos de obras e serviços com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

6.15.3. examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;



- 6.15.4. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.15.5. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;
- 6.15.6. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado e
- 6.15.7. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 6.15.8. receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestando a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;
- 6.15.9. Nos casos de requerimento de revisão contratual, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes;
- 6.15.10. Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado
- 6.15.11. Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados da contratada, e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor para impulsionar o procedimento tendente à notificação da contratada para o cumprimento das normas trabalhistas e instauração de processo administrativo para aplicação de sanção administrativa;
- 6.15.12. Certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato e, caso necessário, buscar auxílio junto os setores de contabilidade da Administração para a verificação dos cálculos apresentados, observando o disposto no art. 24 do Decreto 14.730/23.

Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.23. A aquisição pretendida com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação encontra-se pormenorizada neste tópico.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de até 15 (quinze) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos dos artigos 7º e 8º do Decreto nº 13.281/2019.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no **prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Art. 9º, do Decreto Municipal nº 13.281/2019.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**.

7.19. Como não há índice específico para o objeto a ser contratado, utilizou-se o IPCA, por ser o termômetro oficial da inflação no Brasil e o índice de correção dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

8.3. Justifica-se a adoção desse regime porque se trata de integra a ser realizada de forma imediata, isto é, com prazo inferior a 30 (trinta) dias, de acordo com o art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação



8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.21. Para a qualificação técnica são solicitados os seguintes documentos:

8.21.1. **Registro válido** emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA **para os itens 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 20**, conforme RDC Nº 751, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022, devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:

8.21.1.1. Cópia do registro do Ministério da Saúde Publicado no D.O.U, grifado o número relativo a cada produto cotado **OU cópia emitida eletronicamente através do sítio oficial da Agência de Vigilância Sanitária;** ou

8.21.1.2. Protocolo de solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei 6360/76, de 23 de setembro de 1976.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado para a contratação será obtido pela Divisão de Compras do Departamento de Administração (DEAD), setor instituído para este fim no âmbito da Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS), após a provação deste instrumento pela autoridade competente, de acordo com o art. 48 e seguintes do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 10.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.
- 10.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste instrumento.
- 10.1.8. Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 10.1.8.1. O CONTRATANTE terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.1.9. Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.
- 10.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.1.12. O presente instrumento não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do CONTRATADO e o CONTRATANTE.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 11.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
 - 11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 11.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante; 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



- 11.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste instrumento;
- 11.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 11.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

- 12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.5.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do objeto;
- 12.1.9. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



- 12.1.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.10.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 12.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - 12.2.2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:
 - a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;
 - b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;
 - c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;
 - 12.2.2.1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.
 - 12.2.2.2. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.
 - 12.2.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 11.13.
 - 12.2.2.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR, LICITANTE



ou CONTRATADO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

12.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

12.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 3% do valor do Contrato.

12.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

12.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 75 e 76 da Lei Municipal nº 3.048/2013;

12.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

a. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal;

b. em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (função e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7. A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei Municipal nº 3.048/2013.

12.7.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o



respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2. A defesa prévia do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1. Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1. Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

12.11. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao Município.

12.11.1. O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao Município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o



desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12. O CONTRATANTE deverá remeter para Controladoria Geral do Município – CGM, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói, bem como para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.13.1. A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

12.13.2. O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem as leis municipais, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria Fiscal deverá ser consultada.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A adequação orçamentária-financeira será informada nos autos do processo administrativo pela Superintendência Financeira (SUFIN), após a definição do valor estimado da contratação a ser realizada, de acordo com o art. 60 e seguintes do Decreto Municipal nº 14.730/2023.

Niterói, 2 de agosto de 2024.

Elaborado por:

Ramón Lorenzo Farell Sanchez

Integrante Requisitante | Matrícula nº 437.431-2
Equipe de Planejamento da Contratação

Maria de Fatima A.F. Jünger

Integrante Administrativo | Matrícula nº 437.306-0
Equipe de Planejamento da Contratação

Thais Bustamante de Souza

Integrante Técnico | Matrícula nº 437.392
Equipe de Planejamento da Contratação

João Carlos Faria Xavier Junior

Integrante Técnico | Matrícula nº 437.508
Equipe de Planejamento da Contratação

Gabriel Campos Gomes Pereira

Presidente da EPC | Matrícula nº 438.111-7
Equipe de Planejamento da Contratação



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI
UASG: 925016

ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ARMÁRIO DE MEDICAMENTOS PORTA DE VIDRO - Porta com fechadura cilíndrica; Fundo e teto em chapa de aço esmaltado epóxi; Portas e laterais de vidro cristal de 3mm, com; 04 Prateleiras de vidro. • Porta com fechadura cilíndrica fundo e teto em chapa de aço em pintura epóxi. • Porta e laterais de vidro cristal de 3mm. • 4 prateleiras. Dimensões externas aproximadas: • Comprimento 0,66 cm, • Profundidade: 0,40 cm, • Altura: 1,65 m. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8	R\$ 843,15	R\$ 6.745,20
2	ARMÁRIO GAVETEIRO CENTRO CIRÚRGICO Armário Hospitalar com 9 gavetas; estrutura móvel; estrutura interna metálica com chassi em aço; gavetas com trilho telescópicos; tampo em aço carbono; pés reguláveis; gavetas em policarbonato; 08 caixas laterais fixas. Medida: Altura: 1,54cm, Largura: 0,53cm, Comprimento: 0,79cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3	R\$ 3.380,20	R\$ 10.140,60
3	BANCO GIRATÓRIO ALTO - Banco Giratório com apoio para os pés e regulagem de altura (alta). Material: Estrutura e assento em Aço Inoxidável. Tipo De Assento: Assento Giratório e Altura Regulável. Acionamento a gás. Diâmetro: Cerca De 40 Cm De Diâmetro. Tipo De Pés: Pés Com 5 Rodízios. Acabamento Dos Rodízios: Termoplástica. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3	R\$ 281,64	R\$ 844,92
4	BANCO GIRATÓRIO - Banco Giratório com apoio para os pés e regulagem de altura. Material: Tubo De Aço e assento em aço inox. Acabamento Da Estrutura: Pintura Poliuretana Tipo De Assento: Assento Giratório E Altura Regulável. Acionamento a gás. Tipo De Pés: Pés Com 5 Rodízios. Acabamento Dos Rodízios: Termoplástica. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	7	R\$ 361,99	R\$ 2.533,93



5	BANQUETA PARA PARTO VERTICAL (Cadeira Parto Tipo Banqueta) - Suportar até 150kg; feito de fibra de vidro ou polietileno de alta resistência; não possuir emendas ou frestas; equipado com uma bacia coletora em polietileno ou aço inox para coleta de líquidos e placenta, aberta na frente, peso aproximado 4kg, com altura de aproximadamente 50cm e diâmetro de aproximadamente 54cm. Acessório, Equipamento Parto Humanizado Tipo*: Cadeira Parto Tipo Banqueta. Material*: Fibra De Vidro. Componente I: Assento Fixo, Sem Revestimento Componente II: Abertura Frontal, Bacia Em Alumínio. Capacidade*: Até 150 KG. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1	R\$ 1.050,06	R\$ 1.050,06
6	CADEIRA DE BANHO/HIGIÊNICA - CADEIRA DE BANHO INOX (Assento em Chapa), Estrutura em tubo de aço inox de Ø7/8" x 1,20mm; Assento removível em chapa de aço inox AISI 430 de 1,0mm, com a borda do orifício oval rebatida para baixo e acabamento raiado; Apoio dos braços fixos, em tubo de aço inox; Rodízios giratórios de Ø4" em material termoplástico, com garfo em chapa estampada e acabamento zincado, sendo 2 com freios traseiros. Possuir Registro na ANVISA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Dimensões Aproximadas: 0,51 x 0,45m Assento / 0,55m Alt. Do Assento / 0,95m Alt. Total. Capacidade: 120 kg - Rodízios com freios nas duas rodas traseiras. Tipo Funcionamento: Manual. Tipo Construtivo: Fixa Material Estrutura: Aço Inoxidável. Acabamento Estrutura: Esmaltado. Tipo Uso: Banho. Tamanho: Adulto. Tipo Encosto: Encosto Fixo. Acabamento Do Encosto E Assento: Aço Inox. Tipo De Pneu: Pneus Maciços. Apoio Pés: Apoio Pés Fixo. Capacidade Máxima: Até 120 KG. Características Adicionais: Encaixe Para Vaso Sanitário. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	4	R\$ 310,71	R\$ 1.242,84
7	CADEIRA DE TRANSPORTE HOSPITALAR - Estrutura, encosto e assento confeccionados em aço. Encosto e assentos em Aço Inoxidável. Rodas de no mínimo 4 polegadas e freio nas duas rodas traseiras, suporte para os pés. DIMENSÕES APROXIMADAS: largura do assento: 44cm; Altura do assento ao chão: 47,5cm; Comprimento do assento: 43cm; Largura total da cadeira: 58cm; Peso da cadeira aproximado: 20Kg; suporta até 120Kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1	R\$ 955,92	R\$ 955,92



8	CARRO TRANSPORTE MATERIAL HOSPITALAR: Construído em aço inox com as seguintes características: Tampo superior Liso, Portas com puxadores embutidos, trincos e chaves, Interior do carrinho com 2 prateleiras, 1 Alça de movimentação tubular, 04 rodízios de no mínimo 4 polegadas com rolamento e freios em duas delas. Material: Aço Inoxidável. Dimensões aproximadas: Capacidade: 200 KG, Altura: 90 CM, Largura: 60 CM, Comprimento: 80 CM. Quantidade Rodas: 2 Fixas E 2 Giratórias. Material Rodas: Borracha Termoplástica, Características Adicionais: Alça De Empurrar Junto A Bandeja Superior. Aplicação: Movimentação Material. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	2	R\$ 828,37	R\$ 1.656,74
9	CARRINHO TRANSPORTE ROUPARIA - Estrutura e tampa em chapa de aço inox; Para-choque - Chassi com proteção de borracha em toda a volta; - Possui 4 rodízios de 4" em polipropileno, com sistema de freios em diagonal; Acabamento em Aço Inox - Capacidade: Aproximadamente 540 Litros. Dimensões: 90 cm x 60 cm x 100 cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3	R\$ 2.038,45	R\$ 6.115,35
10	COLCHÃO USO HOSPITALAR NEONATAL - Material: Espuma Flexível Poliuretano. Revestimento: C/ Capa Removível, Totalmente Impermeável. Dimensões Neonatal, Cerca 60 X 30 X 10 CM (C X L X A). Densidade: Cerca De D-18 A D-23 KG/M3. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8	R\$ 265,56	R\$ 2.124,48
11	MACA HOSPITALAR DE TRANSPORTE - Estrutura dos pés em aço inox tubular; 05 níveis de elevação; Estrutura da bandeja em aço inox dobrado; ; colchão com material impermeável com espuma de alta densidade. Maca Clínica. Material: Aço Inoxidável. Tipo: Obeso. Rodas: 4 Rodízios 8", Sendo 2 Com Freio. Comprimento: Até 1,90 M, Largura: Cerca De 0,80 M. Altura: Cerca De 0,80 M. Capacidade De Carca: Até 250 KG. Componentes: Suporte Soro Removível. Componentes 01: Pára Choque Emborrachado. Características Adicionais: Cabeceira Regulável Por Cremalheira. Características Adicionais 01: Grades Escamoteáveis. Acessórios: Leito Fixo C/ Colchão, Courvin. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1	R\$ 2.396,70	R\$ 2.396,70
12	MACA PARA TRANSPORTE CADÁVER. Material: Aço Inoxidável. Rodas: 4 Rodízios De 8", Sendo 2 Com Freios. Componentes: Balde Mínimo 5l. Característica Adicionais: Rebaixo, Declive, Dreno Escoamento Medidas. proximadas: 1.900 x 700 x 800 mm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1	R\$ 3.685,16	R\$ 3.685,16



13	MACA DE RESGATE - PRANCHA DE RESGATE EM POLIETILENO. Carga Mínimo: 250kg. Material: Polietileno. Tipo: Prancha. Dimensões Mínimas L: 0,40 M; C; 1,80 M. Componentes: Mínimo De 3 Cintos De Segurança. Características Adicionais: Mínimo De 6 Pega Mãos. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1	R\$ 598,11	R\$ 598,11
14	MACA FIXA SIMPLES - Maca com balcão com gaveteiro e armário em MDF e puxadores em alumínio; colchão 125x60 com material impermeável; 05 níveis de elevação; estrutura reforçada para carga 35kg. Medidas:Altura:0,80cm; Largura: 0,60; Comprimento:1,80cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8	R\$ 1.866,51	R\$ 14.932,08
15	MESA AUXILIAR - Mesa auxiliar tipo hospitalar, material em estrutura tubular, material do tampo e prateleira em aço inoxidável, Dimensões do tampo, aproximadamente: comp -75 cm, largura - 45 cm, altura - 80 cm. Características adicionais: com 4 rodízios de 2", com freio em dois deles. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6	R\$ 573,67	R\$ 3.442,02
16	MESA CIRÚRGICA SEMI CIRCULAR: Fabricada em Aço Inoxidável, prateleira superior com reforço inferior, rodízios de no mínimo 3 polegadas com 2 freios. Dimensões aproximadas (C 120 mmX L 40 mm X A 80 mm). São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6	R\$ 1.366,71	R\$ 8.200,26
17	MESA DE ALIMENTAÇÃO - Tampo em fórmica ou MDFe estrutura em aço inox, 4 Rodízios giratórios. Dimensões do tampo: (C 70 x L 40), altura ajustável (65 a 110) cm, Peso suportado: 12 kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	17	R\$ 419,09	R\$ 7.124,53
18	MESA CABECEIRA - Mesa de Cabeceira Fechada Epóxi c/ Rodízio. Confeccionada em aço, possui uma gaveta e armário inferior com 01 prateleira interna, totalmente em chapa de Aço Inox. Pés com rodízios. Especificações técnicas: • Dimensões: 0,45 x 0,40 x 0,80m. • Medidas da embalagem: 0,45 X 0,40 X 0,80. • Cubagem: 0,144³. • Peso: 18 kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	16	R\$ 527,58	R\$ 8.441,28
19	MESA DE MAYO - • Armação tubular com rodízios de 2 polegadas, totalmente em inox, altura regulável por roseta. Acompanha bandeja em aço inox. • Altura mínima 0,77m. • Altura máxima 1,25m. • Dimensões da bandeja: 43cm de comp. x 30,5 cm de larg. • Medidas da embalagem 0,73 X 0,50 X 0,58. • Cubagem: 0,2117m³, • Peso: 3kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6	R\$ 376,58	R\$ 2.259,48



20	SUPORTE DE SORO DE CHÃO - ALTURA REGULÁVEL - Construído em tubos redondos de aço inoxidável. Coluna receptora da haste com diâmetro de 1 polegada. Haste em tubo de 3/4 polegadas de diâmetro a 1,25mm de espessura de parede. Base em ferro fundido em forma de X com rodízios e pintura epoxi. Dimensões: alt. Min. 1.70 – alt. Max. 2,29 m. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	10	R\$ 178,32	R\$ 1.783,20
21	SUPORTE DESCARPACK 13L - Indicações: Suportes para coletor de papelão. Composição: Fabricado em Aço Inox com pintura epoxi. Medidas aproximadas. Altura do produto (cm) 22,00. Largura do produto (cm) 22,00. Profundidade do produto (cm) 16,00. Acompanha parafusos e buchas para fixação na parede. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	21	R\$ 26,64	R\$ 559,44
22	SUPORTE DESCARPACK 7L - Indicações: Suportes para coletor de papelão. Composição: Fabricado em Aço Inox com pintura epoxi branca. Medidas aproximadas:Altura do produto (cm) 22,00. Largura do produto (cm) 15,00. Profundidade do produto (cm) 13,00. Acompanha parafusos e buchas para fixação na parede. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6	R\$ 21,24	R\$ 127,44
23	TROCADOR DE PAREDE 0,90X0,50 - Material: Polietileno Antibacteriano473645. Cor: Cinza. Dimensões:0,90 (larg) × 50 (prof). Acabamento: Fosco. Suporta: Até 20kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	16	R\$ 823,15	R\$ 13.170,40
CUSTO TOTAL ESTIMADO:					R\$ 100.130,14



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI
UASG: 925016

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Administrativo n. 9900037139/2024

Razão Social:	
Inscrição Municipal e/ou Estadual:	
CNPJ de faturamento:	
Endereço completo do fornecedor:	
E-mail do fornecedor:	
Telefone do fornecedor:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ARMÁRIO DE MEDICAMENTOS PORTA DE VIDRO - Porta com fechadura cilíndrica; Fundo e teto em chapa de aço esmaltado epóxi; Portas e laterais de vidro cristal de 3mm, com; 04 Prateleiras de vidro. • Porta com fechadura cilíndrica fundo e teto em chapa de aço em pintura epóxi. • Porta e laterais de vidro cristal de 3mm. • 4 prateleiras. Dimensões externas aproximadas: • Comprimento 0,66 cm, • Profundidade: 0,40 cm, • Altura: 1,65 m. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8		
2	ARMÁRIO GAVETEIRO CENTRO CIRÚRGICO Armário Hospitalar com 9 gavetas; estrutura móvel; estrutura interna metálica com chassi em aço; gavetas com trilho telescópicos; tampo em aço carbono; pés reguláveis; gavetas em policarbonato; 08 caixas laterais fixas. Medida: Altura: 1,54cm, Largura: 0,53cm, Comprimento: 0,79cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3		
3	BANCO GIRATÓRIO ALTO - Banco Giratório com apoio para os pés e regulagem de altura (alta). Material: Estrutura e assento em Aço Inoxidável. Tipo De Assento: Assento Giratório e Altura Regulável. Acionamento a gás. Diâmetro: Cerca De 40 Cm De Diâmetro. Tipo De Pés: Pés Com 5 Rodízios. Acabamento Dos Rodízios: Termoplástica. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3		



4	BANCO GIRATÓRIO - Banco Giratório com apoio para os pés e regulagem de altura. Material: Tubo De Aço e assento em aço inox. Acabamento Da Estrutura: Pintura Poliuretana Tipo De Assento: Assento Giratório E Altura Regulável. Acionamento a gás. Tipo De Pés: Pés Com 5 Rodízios. Acabamento Dos Rodízios: Termoplástica. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	7		
5	BANQUETA PARA PARTO VERTICAL (Cadeira Parto Tipo Banqueta) - Suportar até 150kg; feito de fibra de vidro ou polietileno de alta resistência; não possuir emendas ou frestas; equipado com uma bacia coletora em polietileno ou aço inox para coleta de líquidos e placenta, aberta na frente, peso aproximado 4kg, com altura de aproximadamente 50cm e diâmetro de aproximadamente 54cm. Acessório, Equipamento Parto Humanizado Tipo*: Cadeira Parto Tipo Banqueta. Material*: Fibra De Vidro. Componente I: Assento Fixo, Sem Revestimento Componente Ii: Abertura Frontal, Bacia Em Alumínio. Capacidade*: Até 150 KG. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		
6	CADEIRA DE BANHO/HIGIÊNICA - CADEIRA DE BANHO INOX (Assento em Chapa), Estrutura em tubo de aço inox de Ø7/8" x 1,20mm; Assento removível em chapa de aço inox AISI 430 de 1,0mm, com a borda do orifício oval rebatida para baixo e acabamento raiado; Apoio dos braços fixos, em tubo de aço inox; Rodízios giratórios de Ø4" em material termoplástico, com garfo em chapa estampada e acabamento zincado, sendo 2 com freios traseiros. Possuir Registro na ANVISA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Dimensões Aproximadas: 0,51 x 0,45m Assento / 0,55m Alt. Do Assento / 0,95m Alt. Total. Capacidade: 120 kg - Rodízios com freios nas duas rodas traseiras. Tipo Funcionamento: Manual. Tipo Construtivo: Fixa Material Estrutura: Aço Inoxidável. Acabamento Estrutura: Esmaltado. Tipo Uso: Banho. Tamanho: Adulto. Tipo Encosto: Encosto Fixo. Acabamento Do Encosto E Assento: Aço Inox. Tipo De Pneu: Pneus Maciços. Apoio Pés: Apoio Pés Fixo. Capacidade Máxima: Até 120 KG. Características Adicionais: Encaixe Para Vaso Sanitário. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	4		
7	CADEIRA DE TRANSPORTE HOSPITALAR - Estrutura, encosto e assento confeccionados em aço. Encosto e assentos em Aço Inoxidável. Rodas de no mínimo 4 polegadas e freio nas duas rodas traseiras, suporte para os pés. DIMENSÕES APROXIMADAS: largura do assento: 44cm; Altura do assento ao chão: 47,5cm; Comprimento do assento: 43cm; Largura total da cadeira: 58cm; Peso da cadeira aproximado: 20Kg; suporta até 120Kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		



8	CARRO TRANSPORTE MATERIAL HOSPITALAR: Construído em aço inox com as seguintes características: Tampo superior Liso, Portas com puxadores embutidos, trincos e chaves, Interior do carrinho com 2 prateleiras, 1 Alça de movimentação tubular, 04 rodízios de no mínimo 4 polegadas com rolamento e freios em duas delas. Material: Aço Inoxidável. Dimensões aproximadas: Capacidade: 200 KG, Altura: 90 CM, Largura: 60 CM, Comprimento: 80 CM. Quantidade Rodas: 2 Fixas E 2 Giratórias. Material Rodas: Borracha Termoplástica, Características Adicionais: Alça De Empurrar Junto A Bandeja Superior. Aplicação: Movimentação Material. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	2		
9	CARRINHO TRANSPORTE ROUPARIA - Estrutura e tampa em chapa de aço inox; Para-choque - Chassi com proteção de borracha em toda a volta; - Possui 4 rodízios de 4" em polipropileno, com sistema de freios em diagonal; Acabamento em Aço Inox - Capacidade: Aproximadamente 540 Litros. Dimensões: 90 cm x 60 cm x 100 cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3		
10	COLCHÃO USO HOSPITALAR NEONATAL - Material: Espuma Flexível Poliuretano. Revestimento: C/ Capa Removível, Totalmente Impermeável. Dimensões Neonatal, Cerca 60 X 30 X 10 CM (C X L X A). Densidade: Cerca De D-18 A D-23 KG/M3. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8		
11	MACA HOSPITALAR DE TRANSPORTE - Estrutura dos pés em aço inox tubular; 05 níveis de elevação; Estrutura da bandeja em aço inox redobrado; ; colchão com material impermeável com espuma de alta densidade. Maca Clínica. Material: Aço Inoxidável. Tipo: Obeso. Rodas: 4 Rodízios 8", Sendo 2 Com Freio. Comprimento: Até 1,90 M, Largura: Cerca De 0,80 M. Altura: Cerca De 0,80 M. Capacidade De Carca: Até 250 KG. Componentes: Suporte Soro Removível. Componentes 01: Pára Choque Emborrachado. Características Adicionais: Cabeceira Regulável Por Cremalheira. Características Adicionais 01: Grades Escamoteáveis. Acessórios: Leito Fixo C/ Colchão, Courvin. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		
12	MACA PARA TRANSPORTE CADÁVER. Material: Aço Inoxidável. Rodas: 4 Rodízios De 8", Sendo 2 Com Freios. Componentes: Balde Mínimo 5l. Característica Adicionais: Rebaixo, Declive, Dreno Escoamento Medidas. proximadas: 1.900 x 700 x 800 mm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		



13	MACA DE RESGATE - PRANCHA DE RESGATE EM POLIETILENO. Carga Mínimo: 250kg. Material: Polietileno. Tipo: Prancha. Dimensões Mínimas L: 0,40 M; C: 1,80 M. Componentes: Mínimo De 3 Cintos De Segurança. Características Adicionais: Mínimo De 6 Pega Mãos. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		
14	MACA FIXA SIMPLES - Maca com balcão com gaveteiro e armário em MDF e puxadores em alumínio; colchão 125x60 com material impermeável; 05 níveis de elevação; estrutura reforçada para carga 35kg. Medidas:Altura:0,80cm; Largura: 0,60; Comprimento:1,80cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8		
15	MESA AUXILIAR - Mesa auxiliar tipo hospitalar, material em estrutura tubular, material do tampo e prateleira em aço inoxidável, Dimensões do tampo, aproximadamente: comp -75 cm, largura - 45 cm, altura - 80 cm. Características adicionais: com 4 rodízios de 2", com freio em dois deles. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6		
16	MESA CIRÚRGICA SEMI CIRCULAR: Fabricada em Aço Inoxidável, prateleira superior com reforço inferior, rodízios de no mínimo 3 polegadas com 2 freios. Dimensões aproximadas (C 120 mmX L 40 mm X A 80 mm). São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6		
17	MESA DE ALIMENTAÇÃO - Tampo em fórmica ou MDFe estrutura em aço inox, 4 Rodízios giratórios. Dimensões do tampo: (C 70 x L 40), altura ajustável (65 a 110) cm, Peso suportado: 12 kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	17		
18	MESA CABECEIRA - Mesa de Cabeceira Fechada Epóxi c/ Rodízio. Confeccionada em aço, possui uma gaveta e armário inferior com 01 prateleira interna, totalmente em chapa de Aço Inox. Pés com rodízios. Especificações técnicas: • Dimensões: 0,45 x 0,40 x 0,80m. • Medidas da embalagem: 0,45 X 0,40 X 0,80. • Cubagem: 0,144³. • Peso: 18 kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	16		
19	MESA DE MAYO - • Armação tubular com rodízios de 2 polegadas, totalmente em inox, altura regulável por roseta. Acompanha bandeja em aço inox. • Altura mínima 0,77m. • Altura máxima 1,25m. • Dimensões da bandeja: 43cm de comp. x 30,5 cm de larg. • Medidas da embalagem 0,73 X 0,50 X 0,58. • Cubagem: 0,2117m³, • Peso: 3kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6		
20	SUORTE DE SORO DE CHÃO - ALTURA REGULÁVEL - Construído em tubos redondos de aço inoxidável. Coluna receptora da haste com diâmetro de 1 polegada. Haste	UNID	10		



	em tubo de 3/4 polegadas de diâmetro a 1,25mm de espessura de parede. Base em ferro fundido em forma de X com rodízios e pintura epoxi. Dimensões: alt. Min. 1.70 – alt. Max. 2,29 m. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.				
21	SUPORTE DESCARPACK 13L - Indicações: Suportes para coletor de papelão. Composição: Fabricado em Aço Inox com pintura epoxi. Medidas aproximadas. Altura do produto (cm) 22,00. Largura do produto (cm) 22,00. Profundidade do produto (cm) 16,00. Acompanha parafusos e buchas para fixação na parede. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	21		
22	SUPORTE DESCARPACK 7L - Indicações: Suportes para coletor de papelão. Composição: Fabricado em Aço Inox com pintura epoxi branca. Medidas aproximadas:Altura do produto (cm) 22,00. Largura do produto (cm) 15,00. Profundidade do produto (cm) 13,00. Acompanha parafusos e buchas para fixação na parede. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6		
23	TROCADOR DE PAREDE 0,90X0,50 - Material: Polietileno Antibacteriano473645. Cor: Cinza. Dimensões:0,90 (larg) × 50 (prof). Acabamento: Fosco. Suporta: Até 20kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	16		
CUSTO TOTAL ESTIMADO:					

() Optante pelo Simples Nacional () Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

Niterói, ____ de _____ de 20____.

Nome da entidade com assinatura(s) do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

ANEXO IV - MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

Ordem de compra nº: XX/XXXX
Processo Adm.: 9900037139/2024



PREFEITURA
DE NITERÓI

FUNDAÇÃO
MUNICIPAL
DE SAÚDE

Fundação Municipal de Saúde de Niterói
CNPJ: 32.556.060/0001-81
Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 - 8º andar - Centro, Niterói / RJ
CEP 24.020-206

Dados Gerais

Objeto	Aquisição de mobiliários hospitalares.	E-mail	
Fornecedor		Data do Pedido	
CNPJ		Data de Entrega	
Telefone		Instrumento	Pregão Eletrônico XX/XXXX

Informações para Entrega

Endereço	Avenida Prefeito Silvio Picanço, S/N, Charitas, Niterói - RJ, CEP 24.360-030		
Horário		Contato	(21) 99983-0074 ADRIANA

Itens do Pedido

Item	Descrição do Item	Unidade	Qty.	Valor Unit.	Valor Total
1	ARMÁRIO DE MEDICAMENTOS PORTA DE VIDRO - Porta com fechadura cilíndrica; Fundo e teto em chapa de aço esmaltado epóxi; Portas e laterais de vidro cristal de 3mm, com; 04 Prateleiras de vidro. • Porta com fechadura cilíndrica fundo e teto em chapa de aço em pintura epóxi. • Porta e laterais de vidro cristal de 3mm. • 4 prateleiras. Dimensões externas aproximadas: • Comprimento 0,66 cm, • Profundidade: 0,40 cm, • Altura: 1,65 m. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8		
2	ARMÁRIO GAVETEIRO CENTRO CIRÚRGICO Armário Hospitalar com 9 gavetas; estrutura móvel; estrutura interna metálica com chassi em aço; gavetas com trilho telescópicos; tampo em aço carbono; pés reguláveis; gavetas em policarbonato; 08 caixas laterais fixas. Medida: Altura: 1,54cm, Largura: 0,53cm, Comprimento: 0,79cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3		
3	BANCO GIRATÓRIO ALTO - Banco Giratório com apoio para os pés e regulagem de altura (alta). Material: Estrutura e assento em Aço Inoxidável. Tipo De Assento: Assento Giratório e Altura Regulável. Acionamento a gás. Diâmetro: Cerca De 40 Cm De Diâmetro. Tipo De Pés: Pés Com 5 Rodízios. Acabamento Dos Rodízios: Termoplástica. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3		
4	BANCO GIRATÓRIO - Banco Giratório com apoio para os pés e regulagem de altura. Material: Tubo De Aço e assento em aço inox. Acabamento Da Estrutura: Pintura Poliuretana Tipo De Assento: Assento Giratório E Altura Regulável. Acionamento a gás. Tipo De Pés: Pés Com 5 Rodízios. Acabamento Dos Rodízios: Termoplástica. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	7		

ANEXO IV - MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

Ordem de compra nº: XX/XXXX

Processo Adm.: 9900037139/2024

PREFEITURA
DE NITERÓIFUNDAÇÃO
MUNICIPAL
DE SAÚDE

Fundação Municipal de Saúde de Niterói

CNPJ: 32.556.060/0001-81

Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 - 8º andar - Centro, Niterói / RJ

CEP 24.020-206

5	BANQUETA PARA PARTO VERTICAL (Cadeira Parto Tipo Banqueta) - Suportar até 150kg; feito de fibra de vidro ou polietileno de alta resistência; não possuir emendas ou frestas; equipado com uma bacia coletora em polietileno ou aço inox para coleta de líquidos e placenta, aberta na frente, peso aproximado 4kg, com altura de aproximadamente 50cm e diâmetro de aproximadamente 54cm. Acessório, Equipamento Parto Humanizado Tipo*: Cadeira Parto Tipo Banqueta. Material*: Fibra De Vidro. Componente I: Assento Fixo, Sem Revestimento Componente II: Abertura Frontal, Bacia Em Alumínio. Capacidade*: Até 150 KG. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		
6	CADEIRA DE BANHO/HIGIÊNICA - CADEIRA DE BANHO INOX (Assento em Chapa), Estrutura em tubo de aço inox de Ø7/8" x 1,20mm; Assento removível em chapa de aço inox AISI 430 de 1,0mm, com a borda do orifício oval rebatida para baixo e acabamento raiado; Apoio dos braços fixos, em tubo de aço inox; Rodízios giratórios de Ø4" em material termoplástico, com garfo em chapa estampada e acabamento zincado, sendo 2 com freios traseiros. Possuir Registro na ANVISA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Dimensões Aproximadas: 0,51 x 0,45m Assento / 0,55m Alt. Do Assento / 0,95m Alt. Total. Capacidade: 120 kg - Rodízios com freios nas duas rodas traseiras. Tipo Funcionamento: Manual. Tipo Construtivo: Fixa Material Estrutura: Aço Inoxidável. Acabamento Estrutura: Esmaltado. Tipo Uso: Banho. Tamanho: Adulto. Tipo Encosto: Encosto Fixo. Acabamento Do Encosto E Assento: Aço Inox. Tipo De Pneu: Pneus Maciços. Apoio Pés: Apoio Pés Fixo. Capacidade Máxima: Até 120 KG. Características Adicionais: Encaixe Para Vaso Sanitário. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	4		
7	CADEIRA DE TRANSPORTE HOSPITALAR - Estrutura, encosto e assento confeccionados em aço. Encosto e assentos em Aço Inoxidável. Rodas de no mínimo 4 polegadas e freio nas duas rodas traseiras, suporte para os pés. DIMENSÕES APROXIMADAS: largura do assento: 44cm; Altura do assento ao chão: 47,5cm; Comprimento do assento: 43cm; Largura total da cadeira: 58cm; Peso da cadeira aproximado: 20Kg; suporta até 120Kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		
8	CARRO TRANSPORTE MATERIAL HOSPITALAR : Construído em aço inox com as seguintes características: Tampo superior Liso, Portas com puxadores embutidos, trincos e chaves, Interior do carrinho com 2 prateleiras, 1 Alça de movimentação tubular, 04 rodízios de no mínimo 4 polegadas com rolamento e freios em duas delas. Material: Aço Inoxidável. Dimensões aproximadas: Capacidade: 200 KG, Altura: 90 CM, Largura: 60 CM, Comprimento: 80 CM. Quantidade Rodas: 2 Fixas E 2 Giratórias. Material Rodas: Borracha Termoplástica, Características Adicionais: Alça De Empurrar Junto A Bandeja Superior. Aplicação: Movimentação Material. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	2		

ANEXO IV - MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

Ordem de compra nº: XX/XXXX

Processo Adm.: 9900037139/2024

PREFEITURA
DE NITERÓIFUNDAÇÃO
MUNICIPAL
DE SAÚDE

Fundação Municipal de Saúde de Niterói

CNPJ: 32.556.060/0001-81

Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 - 8º andar - Centro, Niterói / RJ

CEP 24.020-206

9	CARRINHO TRANSPORTE ROUPARIA - Estrutura e tampa em chapa de aço inox; Para-choque - Chassi com proteção de borracha em toda a volta; - Possui 4 rodízios de 4" em polipropileno, com sistema de freios em diagonal; Acabamento em Aço Inox - Capacidade: Aproximadamente 540 Litros. Dimensões: 90 cm x 60 cm x 100 cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	3		
10	COLCHÃO USO HOSPITALAR NEONATAL - Material: Espuma Flexível Poliuretano. Revestimento: C/ Capa Removível, Totalmente Impermeável. Dimensões Neonatal, Cerca 60 X 30 X 10 CM (C X L X A). Densidade: Cerca De D-18 A D-23 KG/M3. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8		
11	MACA HOSPITALAR DE TRANSPORTE - Estrutura dos pés em aço inox tubular; 05 níveis de elevação; Estrutura da bandeja em aço inox dobrado; ; colchão com material impermeável com espuma de alta densidade. Maca Clínica. Material: Aço Inoxidável. Tipo: Obeso. Rodas: 4 Rodízios 8", Sendo 2 Com Freio. Comprimento: Até 1,90 M, Largura: Cerca De 0,80 M. Altura: Cerca De 0,80 M. Capacidade De Carca: Até 250 KG. Componentes: Suporte Soro Removível. Componentes 01: Pára Choque Emborrachado. Características Adicionais: Cabeceira Regulável Por Cremalheira. Características Adicionais 01: Grades Escamoteáveis. Acessórios: Leito Fixo C/ Colchão, Courvin. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		
12	MACA PARA TRANSPORTE CADÁVER. Material: Aço Inoxidável. Rodas: 4 Rodízios De 8", Sendo 2 Com Freios. Componentes: Balde Mínimo 5l. Característica Adicionais: Rebaixo, Declive, Dreno Escoamento Medidas. proximadas: 1.900 x 700 x 800 mm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		

ANEXO IV - MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

Ordem de compra nº: XX/XXXX

Processo Adm.: 9900037139/2024

PREFEITURA
DE NITERÓIFUNDAÇÃO
MUNICIPAL
DE SAÚDE

Fundação Municipal de Saúde de Niterói

CNPJ: 32.556.060/0001-81

Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 - 8º andar - Centro, Niterói / RJ

CEP 24.020-206

13	MACA DE RESGATE - PRANCHA DE RESGATE EM POLIETILENO. Carga Mínimo: 250kg. Material: Polietileno. Tipo: Prancha. Dimensões Mínimas L: 0,40 M; C; 1,80 M. Componentes: Mínimo De 3 Cintos De Segurança. Características Adicionais: Mínimo De 6 Pega Mãos. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	1		
14	MACA FIXA SIMPLES - Maca com balcão com gaveteiro e armário em MDF e puxadores em alumínio; colchão 125x60 com material impermeável; 05 níveis de elevação; estrutura reforçada para carga 35kg. Medidas:Altura:0,80cm; Largura: 0,60; Comprimento:1,80cm. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	8		
15	MESA AUXILIAR - Mesa auxiliar tipo hospitalar, material em estrutura tubular, material do tampo e prateleira em aço inoxidável, Dimensões do tampo, aproximadamente: comp - 75 cm, largura - 45 cm, altura - 80 cm. Características adicionais: <u>com 4 rodízios de 2", com freio em dois deles.</u>	UNID	6		
16	MESA CIRÚRGICA SEMI CIRCULAR: Fabricada em Aço Inoxidável, prateleira superior com reforço inferior, rodízios de no mínimo 3 polegadas com 2 freios. Dimensões aproximadas (C 120 mmX L 40 mm X A 80 mm). São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6		
17	MESA DE ALIMENTAÇÃO - Tampo em fórmica ou MDFe estrutura em aço inox, 4 Rodízios giratórios. Dimensões do tampo: (C 70 x L 40), altura ajustável (65 a 110) cm, Peso suportado: 12 kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	17		
18	MESA CABECEIRA - Mesa de Cabeceira Fechada Epóxi c/ Rodízio. Confeccionada em aço, possui uma gaveta e armário inferior com 01 prateleira interna, totalmente em chapa de Aço Inox. Pés com rodízios. Especificações técnicas: • Dimensões: 0,45 x 0,40 x 0,80m. • Medidas da embalagem: 0,45 X 0,40 X 0,80. • Cubagem: 0,144³. • Peso: 18 kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	16		
19	MESA DE MAYO - • Armação tubular com rodízios de 2 polegadas, totalmente em inox, altura regulável por roseta. Acompanha bandeja em aço inox. • Altura mínima 0,77m. • Altura máxima 1,25m. • Dimensões da bandeja: 43cm de comp. x 30,5 cm de larg. • Medidas da embalagem 0,73 X 0,50 X 0,58. • Cubagem: 0,2117m³. • Peso: 3kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6		
20	SUPORTE DE SORO DE CHÃO - ALTURA REGULÁVEL - Construído em tubos redondos de aço inoxidável. Coluna receptora da haste com diâmetro de 1 polegada. Haste em tubo de 3/4 polegadas de diâmetro a 1,25mm de espessura de parede. Base em ferro fundido em forma de X com rodízios e pintura epoxi. Dimensões: alt. Min. 1,70 – alt. Max. 2,29 m. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	10		
21	SUPORTE DESCARPACK 13L - Indicações: Suportes para coletor de papelão. Composição: Fabricado em Aço Inox com pintura epoxi. Medidas aproximadas. Altura do produto (cm) 22,00. Largura do produto (cm) 22,00. Profundidade do produto (cm) 16,00. Acompanha parafusos e buchas para fixação na parede. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	21		

ANEXO IV - MINUTA DE ORDEM DE COMPRA

Ordem de compra nº: XX/XXXX
Processo Adm.: 9900037139/2024



Fundação Municipal de Saúde de Niterói
CNPJ: 32.556.060/0001-81
Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 - 8º andar - Centro, Niterói / RJ
CEP 24.020-206

22	SUPORTE DESCARPACK 7L - Indicações: Suportes para coletor de papelão. Composição: Fabricado em Aço Inox com pintura epoxi branca. Medidas aproximadas:Altura do produto (cm) 22,00. Largura do produto (cm) 15,00. Profundidade do produto (cm) 13,00. Acompanha parafusos e buchas para fixação na parede. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	6		
23	TROCADOR DE PAREDE 0,90X0,50 - Material: Polietileno Antibacteriano473645. Cor: Cinza. Dimensões:0,90 (larg) x 50 (prof). Acabamento: Fosco. Suporta: Até 20kg. São admitidas dimensões e medidas aproximadas.	UNID	16		
				Total:	R\$ 0,00

Observações

- 1- As Notas Fiscais (NF) devem ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI - CNPJ nº 11.249.035/0001-85**, contendo a descrição do produto conforme a Nota de Empenho e os dados bancários/pix para pagamento.
- 2- Os itens deverão ser entregues de acordo com as características e especificações discriminadas no Termo de Referência.
- 3- Esta Ordem de Compra serve como instrumento de contrato, nos termos da Lei. Todas as condições expressas no instrumento convocatório passam a fazer parte integrante desta Ordem de Compra como se nelas manuscritas estivessem.
- 4- Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 4.1- O Termo de Referência;
- 4.2- A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, conforme o caso;
- 4.3- A Proposta do contratado;
- 4.4- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Reponsáveis pelo Recebimento

Servidor 1	
Servidor 2	

Pagamento

Prazo	30 dias consecutivos da finalização da liquidação
Forma	Transferência Bancária ou PIX

Assinatura Eletrônica:

DANIEL CORTEZ
Superintendente de Administração
Fundação Municipal de Saúde